

Filantropia & política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República

GISELE SANGLARD*

A virada do século XIX para o século XX viu surgir na cidade do Rio de Janeiro, então capital republicana, três instituições voltadas para o chamado “problema da infância”¹, dirigidas por três médicos que tinham em comum o fato de terem sido formados no curso livre de Pediatria oferecido por Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, na Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Apesar destas semelhanças, Moncorvo Filho, Antônio Fernandes Figueira e Luiz Barbosa acabam por imprimir diferenças nas instituições as quais dirigem, respectivamente: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipai), a Policlínica das Crianças da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro e a Policlínica de Botafogo.² Estas diferenças podem ser percebidas no local onde foram instaladas cada uma delas, na definição do público a ser atendido e na perspectiva que cada um de seus diretores lhes imprimiu.

A localização escolhida para a instalação destas instituições pelos filantropos cariocas da Primeira República nos permite perceber o movimento de expansão da cidade, do centro a seus arrabaldes e subúrbios, buscando a proximidade com seu público-alvo: os operários pobres que vivem nas regiões dos subúrbios da Central e da Leopoldina ou do Jardim Botânico e Gávea, bem como a região central da cidade, reduto dos cortiços e das casas de cômodos.

Enfim, o destino de cada uma delas está vinculado ao projeto médico que cada um de seus líderes defendeu ao longo do período de 1899 e 1928, quando são criadas as

* Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Este artigo conta com apoio da FAPERJ (Edital Humanidades 2008 e 2011) e teve a participação das alunas Bárbara Damasco da Silva (PIBIC/FIOCRUZ-UFF) e Caroline Amorim Gil (PIBIC/FIOCRUZ-UFRJ). Este artigo também recupera algumas questões apontadas em artigo conjunto com Luiz Otávio Ferreira (Sanglard e Ferreira, 2010).

¹ Ao todo foram cinco instituições voltadas à infância criadas no Rio de Janeiro da Primeira República, mas, para efeitos desse artigo, estarei me detendo a apenas três delas, onde as comparações são importantes para o entendimento dos argumentos que aqui serão discutidos. Foram elas: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1899), a Policlínica de Botafogo (1899), a Policlínica das Crianças da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (1909), o Hospital São Zaccharias da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (1914) e o Hospital-Abrigo Arthur Bernardes do Departamento Nacional de Saúde Pública (1924).

² O Ipai e a Policlínica de Botafogo serão objeto de análise em outros capítulos neste livro.

primeiras instituições voltadas para a infância e quando são traçadas as primeiras políticas públicas para a infância por Fernandes Figueira frente à recém-criada Inspeção de Higiene Infantil (1920-1926), no bojo da reforma da Saúde Pública dirigida por Carlos Chagas. E, enfim, o ensino de pediatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ganha o primeiro pediatra para a cátedra de Clínica Pediátrica, com a aprovação de Luiz Barbosa no concurso para catedrático após a morte de Simões Correa, em 1928. Quanto a Moncorvo Filho, ressalta-se seu papel capital na *vulgarização* da puericultura na sociedade.

Este artigo pretende discutir apenas o papel de Fernandes Figueira nas ações de atenção à saúde da criança na cidade do Rio de Janeiro e a relação que se estabeleceu entre o médico e o filantropo responsável pela construção da Policlínica das Crianças. A opção metodológica será pela biografia histórica de ambas as personagens. Acredito que esta estratégia é a melhor forma para entendermos a singularidade da Policlínica das Crianças e do projeto que Fernandes Figueira pôs em prática.

Infância e pobreza

Em artigo recente (Sanglard, 2013) chamo atenção para a necessidade de refletirmos acerca do papel da Igreja Católica, notadamente a partir da publicação da encíclica *Rerum Novarum*, como uma das motivações dos filantropos para a criação e manutenção de instituições voltada à assistência de crianças e parturientes. Esta carta, endereçada aos católicos e publicada em 1891 pelo papa Leão XIII, explicita as preocupações do Vaticano com o crescimento dos movimentos socialistas na Europa e busca, na proteção dos valores familiares, com o cuidado destes dois grupos, reafirmar a ação católica na caridade e conclamar os fiéis ao cuidado com o operário, a mulher e a criança. Vale ressaltar que a defesa dos valores morais centrados na família não era específico do catolicismo, estando presentes nas religiões de origem judaico-cristãs.

No que tange a cidade do Rio de Janeiro, este período é marcado por intensas transformações sociais – para além das melhorias urbanas. Este é o tema discutido pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre em seu livro *Ordem e Progresso* (Freyre, 2000). Dentre os pontos salientados pelo autor, gostaria de chamar atenção para o que ele denomina de revigoração da Igreja Católica e difusão do protestantismo e do

espiritismo. Para Ângela de Castro Gomes, a *Belle Époque* carioca deve ser entendida a partir de três eixos distintos, porém complementares: a presença da rua, dos salões e da catolicidade (Gomes, 1999) – sendo estes dois últimos fundamentais para o entendimento da ação filantrópica aqui abordada.

Paralelamente ao que podemos chamar de “atitude mental” do carioca, havia a necessidade de se resolver o que se convencionou chamar de “questão social”. Nicolau Sevcenko (1998) considera a herança colonial e a escravidão como duas questões-chave para entendermos a atuação da elite carioca no período.

A questão social pode ser interpretada por meio da campanha contra as habitações populares (cortiços e casas de cômodos) que, desde as décadas de 1850/1860, povoam a cidade do Rio de Janeiro, primeiramente como moradia de portugueses e imigrantes e, a partir da abolição, de negros que abandonaram as fazendas e que foram buscar, na capital, trabalho. Sidney Chalhoub (1996) chama atenção para um ponto importante: a construção da ideologia que unificou “classe pobre” e “classe perigosa” – tanto no que tange à desordem, quanto à transmissão de doenças.³ Para este autor, a transformação da higiene em ideologia viria “saturar” o ambiente intelectual da virada do século XIX para o XX e abriria espaço para a ação “saneadora” de médicos e engenheiros, notadamente no início do século XX. O saneamento da cidade, e dos costumes, era uma das condições para que o país atingisse o almejado grau de civilização. Ou, nas palavras do cronista, a transformação da “cidade-pocilga em Éden maravilhoso, fonte de suave beleza e saúde” (Edmundo, 1957, p. 24). Para Chalhoub, a ideologização da higiene abriu espaço para a ação da administração pública, não por acaso Gilberto Freyre ressaltou a glorificação de Oswaldo Cruz e de seu sanitarismo messiânico, redentor e fundador (Freyre, 2000).

Concomitantemente a este processo, a percepção acerca da infância, tanto a exposta quanto aquela vivendo no seio da família, vai se modificando, sobretudo com o surgimento de novas especialidades médicas como a Puericultura (1863) e a Pediatria (1872).

³ A transformação do “pobre de Deus” em perigo social já estava em curso na Europa desde ao menos o século XVI. É certo que a pobreza na cidade exige uma organização da assistência diferente daquela que ocorria nas cidades do interior, onde todos se conheciam. (cf. Sanglard, 2008)

Maria Luiza Marcílio, em artigo recente, afirma que a filantropia, além de ser “filha do iluminismo”, o é também do higienismo e da revolução industrial (Marcílio, 2010: 27).⁴ E vai mais longe ao afirmar que estes dois últimos pontos são fundamentais para as modificações que serão operadas nas Casas dos Expostos, tanto do ponto de vista social, quanto médico. No primeiro caso, as Rodas deixam de ser apenas espaços de salvação da alma pelo batismo, para se tornarem lugares de “capacitação profissional para serem úteis a si e à nação” (Marcílio, 2010: 26) – a autora aponta ser esta a gênese do surgimento de escolas agrícolas e oficinas artesanais. Por esta razão, podemos afirmar que a filantropia é “filha do iluminismo” na medida em que traduz uma utilidade social (noção de utilidade), e da revolução industrial pelo aprendizado de técnicas.

No segundo caso, a autora aponta as descobertas de Pasteur, notadamente o processo de fermentação do leite, que traria grandes ganhos às Casas dos Expostos, diminuindo sobremaneira as mortes precoces de crianças por doenças infectocontagiosas ainda no século XIX. Maria Luiza Marcílio aponta que a prática de ferver o leite, esterilizando-o, passou a ser largamente usada por estas instituições de albergamento: o higienismo, alterando a situação das crianças abandonadas, ou o *pasteurianismo preventivo*, a que já me referi em trabalhos anteriores (Sanglard 2008 e 2013). A industrialização, na perspectiva traçada pela autora, teve seu papel no processo de *pasteurização* do leite, na sua conservação e na difusão do uso das mamadeiras, diminuindo o papel das amas de leite na nutrição infantil.

É este o quadro que permite a autora, e a mim mesma, afirmar a associação dos filantropos “aos médicos e moralistas [em] uma frente ampla da sociedade em favor da busca de leis, de organismos, de instituições mais favoráveis à infância desvalida...” (Marcílio, 2010: 27).

Se, como Chalhoub propôs, a massificação da ideologia higienista foi responsável para a ação pública, dirigida por médicos e engenheiros, por outro lado, este

⁴ Nos limites deste trabalho, não irei discutir o conceito de filantropia proposto por esta autora. Mantenho uma divergência teórica, na medida em que este conceito significa tanto as ações de origem confessionais, quanto a negação destas. Assim, discordo que as ações confessionais refiram-se ao passado, conquanto seriam “progressistas” aquelas interconfessionais. Defendo que é a noção de utilidade social que diferencia a ação eminentemente caritativa daquela que será praticada na virada do século XIX para o XX, seja por leigos seja por religiosos. (Sanglard, 2013)

mesmo processo fez com que estas noções fossem absorvidas pela sociedade civil e transformadas no apoio e manutenção de diversas instituições de assistência na cidade. Como apontei em artigo anterior (Sanglard, 2013), ao somarmos a edição da encíclica *Rerum Novarum* com o movimento operário mais organizado, a uma elite formada por um capital novo buscando recriar um ambiente aristocrático ao redor de si, e a um saber médico que buscava sua institucionalização – como a puericultura e a pediatria,⁵ temos aí os ingredientes necessários para entendermos a criação dos hospitais infantis no Rio de Janeiro. Não à toa as instituições aqui abordadas foram criadas entre 1899 e 1909 – no bojo de todas estas transformações – e a localização de cada uma delas aponta para uma tentativa de minimizar os problemas de um grupo de crianças pobres da cidade.

Fernandes Figueira e José Carlos Rodrigues: apontamentos biográficos

Fernandes Figueira se tornou um dos grandes nomes da pediatria brasileira e esteve vinculado à problemática da assistência à infância nos hospitais da cidade. Seu biógrafo, Solidônio Leite, aponta como marco sua entrada para o Hospital São Sebastião, em 1902, como o início de sua ação em prol da separação de crianças e adultos nos hospitais da cidade.

O certo é que o vemos, periodicamente, na imprensa diária e especializada pleiteando por melhorias urgentes no serviço hospitalar da cidade no que tangia ao atendimento às crianças e à questão do isolamento; também, no que se referia às instalações hospitalares, sobretudo a partir do momento em que foram anexadas as enfermarias aos serviços clínicos. Ele defendia que, mesmo que houvesse movimentação de criação de hospitais pela municipalidade, o mais importante era a introdução de reformas “nas casas santas, a que vão ter os doentes sem recursos” (Figueira, 1902, 3311-12), que passavam pela separação de crianças e adultos; e contar com isolamentos mais definidos a fim de não misturar variolosos com tuberculosos e pestilentos. Fernandes Figueira considerava que essa seria a maior obra que o Provedor da Santa Casa poderia realizar.

⁵ Neste artigo não me deterei neste tema, uma vez que ele foi amplamente discutido no artigo Sanglard & Ferreira (2010).

Por coincidência, no ano seguinte (1903), o então mordomo do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro cria, ligado a esta Irmandade, a Policlínica das Crianças. Segundo Elmano Cardin, em um artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, José Carlos Rodrigues, que residira por muito tempo no exterior, se inspirara na experiência do *Hôpital des Enfants Malades* de Paris para a criação desta instituição. Contudo, aparentemente não há correlação direta entre a fala de Fernandes Figueira e o movimento de José Carlos Rodrigues (Cardim, 1950).

Nada nos leva a crer que ambas as personagens se conheçam. Solidônio Leite afirma, inclusive, que a indicação do nome de Fernandes Figueira partira do diretor do *Hôpital des Enfants Malades*⁶, prof. Hutinel – recriando para Fernandes Figueira um mito próximo àquele forjado para Oswaldo Cruz (Brito, 1995). A trajetória de ambos e os espaços de sociabilidade frequentados por eles podem nos ajudar a entender o encontro entre a vontade expressa por Fernandes Figueira e sua materialização no projeto de José Carlos Rodrigues.

José Carlos Rodrigues nasceu a 19 de julho de 1844 em Cantagalo, província do Rio de Janeiro, oriundo da elite agrária fluminense. Por ter se tornado órfão de mãe muito cedo, foi criado na casa de uma tia materna, ela casada com um dos filhos do marquês de Ponte de Lima Paes e Oliveira. Estudou no prestigioso Imperial Colégio Pedro II e, posteriormente, ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (SP), reduto dos republicanos, onde se tornou bacharel. Logo após sua formatura chegou a abrir um escritório na Corte, mas decidiu buscar novos ares em Nova York, onde começou trabalhando como tradutor e, em seguida, como correspondente do *Diário Oficial* e, em 1868, também do *Jornal do Commercio*.

Mas é a partir da criação da revista *O Novo Mundo – periódico ilustrado do progresso da idade* que podemos começar a costurar melhor as redes de sociabilidade de José Carlos Rodrigues. As colunas e cartas publicadas não somente apontam a repercussão da revista no Brasil como também o posicionamento político e a ligação forte que mantinha com a política local. A publicação desta revista seguiu até 1879,

⁶A separação entre crianças e adultos foi motivada, na França, sobretudo por princípios morais: evitar que as crianças hospitalizadas fossem corrompidas pelo contato com os adultos. No plano médico, manter em um mesmo lugar crianças doentes favorecia o estudo das patologias ligadas à infância. É neste contexto que é criado em Paris, em 1802, o *Hôpital des Enfants Malades* (hoje Hospital Necker). (http://www.aphp.fr/site/histoire/1901_hopitaux_pediatriques.htm, acessado a 16/08/2010)

quando as novas tarifas postais inviabilizaram o projeto, pois encareceria demais o preço final.

O homem descrito por Elmano Cardim é extremamente político e com amizades importantes tanto nos Estados Unidos, como também em Londres, para onde se transfere profissionalmente em 1882. Foi, sem dúvida, a Proclamação da República que o alçou a postos mais elevados. No início da República foi comissionado por homens como Rui Barbosa e Joaquim Murinho.

Em 1890 adquire o *Jornal do Commercio* e retorna ao Brasil. Em 1903, já o vemos como mordomo do Hospital Geral da Misericórdia e, em 1907, torna-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).⁷

Se Elmano Cardim procurou transformar José Carlos Rodrigues em um *self made man*, o homem que se desprende da leitura de sua biografia é justamente o contrário: alguém que soube viver seu tempo, que frequentou os espaços de sociabilidade típicos da juventude ilustrada do Império, como o Colégio Pedro II e a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e que soube construir uma rede de amizade e contatos tanto na Corte, quanto em Nova York, Washington e Londres. E, como diretor do *Jornal do Commercio* de 1890 a 1915, fará ainda mais.

Antônio Fernandes Figueira nasceu, por sua vez, na Corte a 13 de junho de 1863, vinte anos mais jovem que José Carlos Rodrigues. Estudou também no prestigioso Imperial Colégio Pedro II, onde recebeu o grau de bacharel em Letras em 1880. Ingressou logo depois na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tornando-se doutor em 1887. Após a faculdade, Fernandes Figueira abre uma clínica em Simão Pereira, distrito de Juiz de Fora (MG). É lá que escreve suas principais obras médicas: *Diagnóstico das moléstias do coração nas crianças*, premiado, em 1895, pela Academia Nacional de Medicina; e *Semiologia Infantil*, concluída em 1900, mas que seria publicada efetivamente apenas em 1902, com prefácio do diretor do *Hôpital des Enfants Malades*, prof. Hutinel.

É somente após a publicação deste livro, e de seu conagraçamento, que retorna ao Rio de Janeiro ingressando, neste mesmo ano, como chefe da enfermaria de crianças do

⁷ Em 1914 passou a sócio honorário e, em 1917, a benemérito.

Hospital São Sebastião, por indicação de Oswaldo Cruz, então diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP). Seu biógrafo ressalta que foi nessa enfermaria que as crianças começaram a ser internadas com suas mães. Logo em seguida, assume a enfermaria de crianças no Hospício Nacional de Alienados, trabalhando com Juliano Moreira.⁸

Em, 1909, aceita o convite de José Carlos Rodrigues para assumir a direção do Hospital de Crianças da Santa Casa da Misericórdia. Com a Reforma da Saúde Pública posta em prática por Carlos Chagas, em 1919, assume a Inspeção de Higiene Infantil e, em 1924, a direção do Hospital Abrigo Arthur Bernardes, ligado ao Departamento Nacional de Saúde Pública, que deu origem ao atual Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz – momento em que se desvincula da Policlínica das Crianças.

Fernandes Figueira e a Policlínica das Crianças

A Policlínica das Crianças foi criada graças à ação benemerente de José Carlos Rodrigues e foi assumida como mais uma das obras de caridade da Misericórdia carioca voltadas para a infância desvalida.

A vinculação às obras de caridade da Misericórdia singulariza esta instituição em relação às outras duas criadas no período. Sua construção deveu-se a ação de José Carlos Rodrigues, apesar de Bernardo de Freitas, arquivista da Misericórdia, entender esta ação como igual a todas as outras obras da Misericórdia, conforme apresenta em artigo comemorativo à inauguração desta instituição publicado no *Jornal do Commercio* de 08 de maio de 1909 (Freitas: 1909).

A criação da Policlínica das Crianças contou com dois grandes beneméritos: o próprio José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Commercio*, e o comerciante suíço Albert Bach – que legou, em 1906, seus bens a esta obra de caridade. Já para a criação do Internato do Hospital das Crianças foi lançada uma lista de subscrição pública da qual participaram 77 firmas comerciais, num total de 90 inscritos.

A inauguração do prédio, no dia 08 de maio de 1909, foi realizada pelo provedor Miguel de Carvalho, contando com a presença do presidente da República Afonso Pena.

⁸ Esta experiência será desenvolvida mais detalhadamente no capítulo de Ana Tereza Venâncio neste livro.

O projeto da edificação foi realizado pelo arquiteto Antônio Jannuzzi, seguindo o plano proposto por J.C. Rodrigues, assessorado pelo médico e acadêmico Manoel de Oliveira. O Hospital mantinha espaços para balneoterapia, farmácia, leiteria (leite esterilizado), cômodos para empregados, consultórios (clínica médica, cirurgia, curativos, odontologia, moléstias de pele, moléstias especiais da gravidez, olhos, otorrinolaringologia), gabinetes (químico-bacteriológico, eletroterápico), espaço para o diretor, mordomo e para as irmãs de caridade; além do salão de honra e conferências. Para seu idealizador, a “construção e disposição do edifício da Policlínica representa a última palavra em obras deste gênero em qualquer país do mundo” (IHGB, Coleção José Carlos Rodrigues, Notação: 585-1).

A construção desta instituição, bem como o seu funcionamento, traduz o círculo de relações de José Carlos Rodrigues e Fernandes Figueira. A presença majoritária de comerciantes aponta para a manipulação do capital político de José Carlos Rodrigues a favor de sua obra de caridade.

No que tange ao círculo próximo a Fernandes Figueira, uma análise do grupo presente na Policlínica das Crianças aponta para uma presença de nomes ligados a Manguinhos, muitos egressos dos Cursos de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz – *locus* por excelência da formação de microbiologistas, *pasteurianos*, no Brasil desde 1903⁹ – reforçando, portanto, a ligação do próprio Fernandes Figueira com Manguinhos. Deste grupo sobressaem: Eduardo Rabello, chefe do serviço de Dermatologia; José Gomes de Faria, chefe do serviço de Bacteriologia; e João Marinho, chefe do serviço de Otorrinolaringologia. Deve-se ressaltar que Antônio Fernandes Figueira já gozava de prestígio profissional – era membro da Academia Nacional de Medicina desde 1903.

Este grupo também estará vinculado às políticas públicas traçadas por Carlos Chagas no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), criado em 1919 para atuar no Distrito Federal e no território do Acre e, através de convênios, em todo o território nacional. Fernandes Figueira foi o responsável pelo programa da Inspeção de

⁹ O Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz começou a ser organizado em 1903 por Henrique Rocha Lima. Eram cursos experimentais voltados ao ensino de bacteriologia, parasitologia, anatomia e histologia patológicas. O público-alvo eram primordialmente estudantes de medicina que, desde 1901, frequentavam os laboratórios do Instituto a fim de desenvolverem suas teses de doutoramento, além de profissionais já formados (Benchimol, 1990).

Higiene Infantil e, em 1924, foi alçado a diretor do recém-criado Hospital-Abrigo Arthur Bernardes, voltado para o atendimento da puericultura intra e extra-uterina.

Eduardo Rabello era muito próximo a Carlos Chagas tanto por laços de amizade como profissionais, o que lhe permitiu a gestão das políticas públicas de controle e profilaxia das doenças dermatológicas.

José Gomes de Faria foi o único que pertenceu ao quadro permanente de biólogos (pesquisadores) do Instituto Oswaldo Cruz.

E João Marinho foi o sucessor de Hilário de Gouveia na cátedra de Otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina. É indicado por Carlos Chagas para ser o primeiro diretor da Assistência Hospitalar – órgão criado no final da gestão de Arthur Bernardes (1926) e efetivado já com Washington Luiz e que tinha como objetivo gerenciar os hospitais públicos no Distrito Federal¹⁰, bem como ser o responsável pela construção do Hospital de Clínicas Arthur Bernardes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que teria sido tanto o lugar da prática médica quanto da Assistência Pública.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que a Policlínica das Crianças serviu como *locus* da prática médica, tendo sido o espaço de experiência da Clínica Pediátrica até, pelo menos, a criação do Hospital São Zaccharias, em 1914, também pela Misericórdia do Rio de Janeiro, e com as mesmas funções daquele – só que destinado às crianças da zona sul da cidade enquanto que aquele criado por José Carlos Rodrigues era destinado às crianças da zona norte, onde se localizavam os principais bairros operários da cidade.

A presença de José Carlos Rodrigues como filantropo da instituição e diretor do *Jornal do Commercio* fez com que a instituição tivesse bastante divulgação neste veículo de imprensa, e o caráter *oficial* que o *Jornal do Commercio* ostenta ainda neste período tem papel importante na organização dos filantropos – afinal, o grupo surgiu a partir de uma defesa que José Carlos Rodrigues levou a cabo nas páginas do periódico acerca da taxa do Porto (IHGB. Coleção José Carlos Rodrigues. Livro de subscrição para a construção do internato no Hospital das Crianças da Santa Casa de Misericórdia, contém um pequeno histórico da criação do hospital).

¹⁰ Eram eles: o Hospital São Sebastião (1889, para doenças infectocontagiosas); o Hospício Nacional de Alienados; o Hospital São Francisco de Assis (1922, geral); o Hospital Paula Cândido (infectocontagiosos); a Colônia Juliano Moreira (1914, alienados) e a Colônia de Curupaity (Lepra).

Em 1916, dois anos após a inauguração do Hospital São Zaccharias, José Carlos Rodrigues publica no *Jornal do Commercio* um relatório sobre o funcionamento do hospital, transformado em folheto em 1920. Além de falar acerca de sua fundação, descrever o prédio e o serviço, a matéria enaltece quatro personagens: os filantropos Alberto Barth; notadamente, José Carlos Rodrigues; Fernandes Figueira – diretor responsável pelo hospital; e o provedor da Misericórdia, Miguel de Carvalho. A matéria ressalta que, nos sete primeiros anos a instituição ministrou gratuitamente cerca de um milhão de auxílios, sob as formas diversas de consultas, curativos, receitas etc. E que nos quatro anos subsequentes a média diária de atendimentos aumentou para 341 crianças por dia.

Chama também atenção para as visitas domiciliárias, que não se limitam ao tratamento dos enfermos graves; mas que registram também, em boletim apropriado, as condições higiênicas, sobre a alimentação e a residência dos socorridos; e o funcionamento do consultório de higiene infantil, onde eram atendidos os lactentes (crianças no período de amamentação) e fornecido, ou aconselhado, o alimento oportuno, i.e, o leite materno. Neste consultório as crianças eram acompanhadas semanalmente, com a pesagem e outros exames para acompanhamento do desenvolvimento infantil (A Policlínica das Crianças pobres..., 1920).

Para finalizar a análise da relação que se estabeleceu entre José Carlos Rodrigues e Antônio Fernandes Figueira podemos aferir que a Policlínica das Crianças foi um projeto de ambos os personagens: o filantropo deu-lhe a forma física, os equipamentos e sua manutenção; e o médico, as diretrizes e o respaldo profissional. Assim, sua realização traduz o capital social de cada um deles tal qual já foi demonstrado. Por outro lado, a sua manutenção aponta para a tradicional caridade realizada pela Misericórdia.

Ressalte-se ainda que, a despeito de Fernandes Figueira não ter sido catedrático de Pediatria na FMRJ, a instituição por ele dirigida exerceu a função de *locus* da prática desta especialidade e foi nas suas dependências que foi criada, em 1910, a Sociedade Brasileira de Pediatria. A transferência, em 1914, das aulas práticas de Clínica Pediátrica para o recém-criado Hospital São Zaccharias deve-se, como já apontado em trabalho anterior (Sanglard & Ferreira, 2010), mais às disputas por esta cátedra do que à

proximidade do Hospital São Zaccharias, instalado nas dependências do Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que funcionava ainda na Misericórdia – na praia de Santa Luzia, ao sopé no Morro do Castelo.¹¹

Em resumo, o que procuramos demonstrar aqui é o quanto o destino deste hospital está vinculado à política pessoal de José Carlos Rodrigues¹² e à institucionalização de Fernandes Figueira – o que não encobre a importância desta instituição por eles criada.

Este ponto pode ainda ser verificado ao percebermos que, ao organizar a equipe do Hospital Abrigo Arthur Bernardes em 1924, e vinculado às ações da Inspeção de Higiene do DNSP, Fernandes Figueira levou para chefe do serviço de Higiene Infantil, daquele que foi o primeiro hospital gerido e mantido pelo poder público, a médica Ursulina Lopes, que exerceu o mesmo cargo na Policlínica de Crianças e também fora sua assistente no Serviço de Clínica Médica. Vale ressaltar que este novo hospital, localizado no bairro de Botafogo nas dependências do antigo Hotel 7 de Setembro, destinado à clínica e à cirurgia pediátricas, foi dirigido por Fernandes Figueira até sua morte em 1928, que se desincompatibiliza das funções no Hospital da Misericórdia. E que levara consigo parte da equipe que montara em 1909.¹³

¹¹ Em 1914 é inaugurado o Hospital São Zaccharias, que tinha as mesmas funções do Hospital de Crianças, a diferença estava no público-alvo: as crianças da zona sul da cidade. E, sua localização no antigo Colégio dos Jesuítas, no morro do Castelo, onde antes funcionara o Hospital Militar, propiciou a mudança da prática de pediatria da Faculdade de Medicina para este novo hospital esvaziando, assim, um dos papéis do Hospital de Crianças. Considero que a criação deste hospital tenha respondido à falta de um hospital próprio para o catedrático de Pediatria da FMRJ, Simões Correa, que até então dependia dos espaços cedidos por Fernandes Figueira e Luiz Barbosa (chefe da 25ª Enfermaria do Hospital Geral da Misericórdia). (cf. Sanglard e Ferreira, 2010)

¹² Com relação às questões políticas envolvendo José Carlos Rodrigues, chamo atenção para a documentação epistolar da Coleção José Carlos Rodrigues no IHGB. Refiro-me mais especificamente às missivas trocadas entre José Carlos Rodrigues, o presidente Campos Salles e o conselheiro Rodrigues Alves no ano de 1902. O assunto era a sucessão na provedoria da Misericórdia do Rio de Janeiro. José Carlos Rodrigues se lançava como candidato de oposição a Miguel de Carvalho e pedia votos e apoio de Campos Salles. A razão era uma única: Miguel de Carvalho, e o grupo ligado a ele, era considerado como monarquista – sua vitória seria considerada como o controle da Misericórdia pelos monarquistas. A dimensão desta pretensão de José Carlos Rodrigues ainda está por ser mais bem investigada, contudo, a vitória de Miguel de Carvalho (provedor entre 1902 e 1938) não o impediu de apoiar a Policlínica das Crianças; bem como coube a ele a inauguração dessa obra de caridade proposta por José Carlos Rodrigues.

¹³ Em 1909, quando foi criada a instituição, eram chefes de serviço os médicos: Álvaro Guimarães (Clínica Cirúrgica), Castro Peixoto (Exame de Mulheres Grávidas), Eduardo Rabello (Dermatologia), Francisco Assis Figueiredo (Odontologia), José Gomes de Faria (Bacteriologia), Guedes de Mello (Oftalmologia), Gustavo Armbrust (Hidroterapia), João Marinho (Otorrinolaringologia), Sizenando de

Fernandes Figueira, o problema da infância e a filantropia

Como demonstrado ao longo desse artigo, a criação da Policlínica das Crianças deveu-se à ação filantrópica de José Carlos Rodrigues, e a Fernandes Figueira coube o projeto técnico. Esta diferença de papéis pode ser percebida a partir da percepção de Fernandes Figueira do *problema da infância* no Brasil.

Isabel dos Guimarães Sá chama atenção, no que tange à infância, para o que ela designou de “passagem gradual da esfera familiar para a esfera pública”, que ela entende por uma crescente “intromissão” tanto da Coroa quanto da Igreja na relação entre pais e filhos. A autora aponta como indícios desta passagem o registro de nascimento e óbito, o sepultamento e a segregação da ilegitimidade para o período Moderno; e a criminalização do abandono e a proibição das Rodas dos Expostos no século XIX português. (Sá: 2011: 93)

Esse processo de controle da esfera pública sobre a infância se intensifica na segunda metade do século XIX com o surgimento das especialidades médicas voltadas para a infância e, sobretudo, na virada para o século XX com a associação à *questão social*. São duas as questões que animam as discussões de médicos, higienistas, filantropos e poderes públicos: de um lado a *delinquência infantil*, e de outro, a *mortalidade infantil* – duas faces da mesma moeda: *o problema da infância*.

Fernandes Figueira dedica-se à cruzada contra a mortalidade infantil, com ênfase no aleitamento materno, e seu público-alvo são primordialmente as operárias e as crianças de até um ano de idade, como este médico vem afirmando em suas obras (Figueira, 1905, 1908 e 1919). Segundo Isabel dos Guimarães Sá (2011), o aleitamento materno era defendido por médicos, e moralistas, há muito tempo, mas só se efetivaria no século XX – como exemplo podemos citar o trabalho do médico carioca Antônio

Freitas (Farmácia, como interino) e Ursulina Lopes (Higiene Infantil). O restante da equipe era assim formado: o serviço de Clínica Cirúrgica contava com Dalma Silva (assistente), Leão de Aquino (assistente), Álvaro Rangel (assistente), Tavares Jr. (interno), Macedo Soares (interno voluntário) e A. Correa (interno voluntário); Clínica Médica, com Alcino Rangel (assistente), Aleixo Vasconcellos (assistente), Álvaro Reis (assistente), Santos Moreira (assistente), Ursulina Lopes (assistente), Durval Leal (interno voluntário) e Sizenando de Freitas (interno voluntário); o de Visitação, Alfredo Sá Pereira (médico visitador); Hidroterapia, Armando Ramos (interno); Exame de Mulheres Grávidas, Daciano Goulart (assistente), Lincoln Araújo (assistente) e Frederico Nabuco (interno); Higiene Infantil, Durval Leal (interno); Dermatologia, Frederico Nabuco (interno); Bacteriologia, Gustavo Riedel (assistente) e Justino Maciel (interno); Otorrinolaringologia, Oswaldo Puissegur (assistente) e Plínio Olinto (interno); Oftalmologia, Penedo Brumer (assistente) e Plínio Olinto (interno).

Ferreira Pinto que, em 1859, defende o aleitamento materno afirmando que se Deus “vos deu leite juntamente com um filho é que quis que ele se aproveitasse do recurso”. Para ele “o dar de mamar é o primeiro e mais santo desejo de uma mãe, embora mesmo depois o capricho, a vaidade ou o preconceito a venham arredar desse mister” (Pinto, 1859: 180 e 197). O fato é que, paulatinamente, a alimentação vai se tornando um problema de Saúde Pública, sobretudo a partir da década de 1920, tendo como foco principal a escola e o operário (Rodrigues, 2011). Não por acaso Fernandes Figueira assume, em 1920, a Inspeção de Higiene Infantil no bojo da reforma sanitária levada a cabo por Carlos Chagas, conforme já apontado anteriormente, ou uma das facetas do controle da esfera pública nas questões atinentes à infância.

Fernandes Figueira resume a atuação *pública* do *problema da infância* a transformar suas ideias nas diretrizes da Saúde Pública. Mas, no início do século XX, a delimitação dos espaços público e privado em assistência ainda estava se constituindo e a filantropia exerceu um papel importante na construção e manutenção de instituições de saúde. E Fernandes Figueira, qual a sua posição?

A análise das fontes aponta que, no que tange à Policlínica das Crianças, Fernandes Figueira exerceu o papel de diretor técnico, não se envolvendo com a manutenção da instituição, a cargo da Misericórdia carioca. Percebe-se mesmo que o médico considerava a ação filantrópica à infância como um *mal necessário* para resolver o problema da alimentação dos filhos das operárias. Para ele, instituições pautadas no exemplo das *Gotas de Leite* incentivavam o aleitamento artificial (leite de vaca), o que ele considerava extremamente nocivo. Para ele, o único alimento possível para a criança de até um ano era o leite materno. Fernandes Figueira era também reticente quanto ao uso da ama de leite, que para ele só era aceitável em duas situações: falta completa da mãe, por morte, ou desde que o filho da ama também mamasse junto (Figueira, 1905 e 1919) – ressalte-se que tal reticência também pode ser percebida na obra de Ferreira Pinto, citada anteriormente. Para Fernandes Figueira a alimentação artificial exporia a criança ao risco da morte, mas, no caso das operárias, aceitava o aleitamento misto (leite materno e de vaca). Defendia o *consultório de lactantes*, espaços onde seria realizada a educação das jovens mães e de baixo custo de manutenção, o que facilitaria sua multiplicação pela cidade graças à benemerência.

Como ele diz, “Bastam uma sala, um médico, o mobiliário pobre, a balança e o microscópio com os seus acessórios” (Figueira, 1919, cons. 73, p. 206). A importância do trabalho dos *consultórios de lactantes* estava no acompanhamento médico do lactante.

Esta era a boa filantropia para a infância, segundo Fernandes Figueira, que dirigia seus esforços para a abertura de *Ligas* voltadas à primeira infância, *mutualidades maternas* ou creches (Figueira, 1905 e 1919). Esta é a proposta que ele imprimirá no Hospital-Abrigo Arthur Bernardes do DNSP, em 1924, e que Martagão Gesteira liderará na Bahia, nesta mesma década, e no Departamento Nacional da Criança, órgão do Ministério da Educação e Saúde, na década de 1940.¹⁴

Na direção da Policlínica das Crianças, Fernandes Figueira conseguiu colocar em prática algumas de suas ideias, sobretudo no papel central do médico no atendimento às crianças, tanto na instituição quanto nas visitas domiciliares. Nas instituições filantrópicas, como o Ipai, tal serviço era desenvolvido por *damas de caridade*, prática condenável por este médico.

Mas, por ser uma instituição filantrópica e voltada para a classe operária, a distribuição do leite, a prescrição de mingaus e farinhas era prática constante, mas, ao menos no discurso, sempre vinculado ao acompanhamento médico, o que seu diretor gostava de frisar em suas consultas. Ao se voltar para este público específico, a Policlínica das Crianças se tornava um *mal necessário*, mas

sempre que seja possível a alimentação ao seio, prescrevamo-la vigorosamente, exclusivamente. Baseadas em estatísticas numerosas, e fortificadas pelo bom-SENSE, A CLÍNICA E A FISIOLÓGIA DEMONSTRAM QUE, PARA AS CRIANÇAS, FORA O LEITE MATERNO, É TUDO A MAIS REPULSA DROGA. (Figueira: 1919; 8, grifos do autor).

Mas, para que isso fosse possível, era preciso mudar a prática socialmente enraizada das mulheres, principalmente as das classes média e alta, e que elas passassem a amamentar seus filhos. É para elas que ele dirige grande parte de suas consultas, publicadas pela primeira vez em 1910 (Figueira: 1919). Com relação aos filhos das operárias, o aleitamento misto resolvia uma situação delicada para a

¹⁴ Sobre o trabalho de Martagão Gesteira, conferir o capítulo de Lidiane Monteiro neste livro.

sociedade contemporânea: trabalho x amamentação; outra opção para este caso era a administração da *sopa Keller*, reduzida à consistência de um mingau adoçado com extrato de malte, alimento que também foi prescrito aos internos da Casa dos Expostos¹⁵ (Figueira: 1919; 288).

No momento em que a indústria divulga os benefícios da *farinha láctea*, do leite condensado Moça, da farinha de arroz, entre outros alimentos voltados para as crianças (Rodrigues, 2011), Fernandes Figueira faz do aleitamento materno sua bandeira de vida.

Definitivamente, Fernandes Figueira não foi um filantropo, mas, como outros grandes médicos, dedicou parte de sua vida às instituições de caridade, onde conseguiu colocar em prática parte de suas ideias. Foi na instituição pública (Hospital-Abrigo Arthur Bernardes) que suas ideias foram implantadas na íntegra e para onde levou grande parte de sua equipe do Hospital da Misericórdia. Talvez a Policlínica das Crianças não tenha sido a ação benemerente que ele conclamou o provedor da Misericórdia carioca a realizar em 1902, mas foi onde ele conseguiu começar a praticar algumas de suas noções para a alimentação dos lactantes.

Referências

Coleção José Carlos Rodrigues. IHGB/RJ

Livro de Ofícios da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Centro de Ciências da Saúde/UFRJ

BENCHIMOL, J. L. (coord.). *Manguinhos do sonho a vida – a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; 1990.

BRITTO, N. *Oswaldo Cruz – a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 1995.

Carta Encíclica «Rerum Novarum» do Papa Leão XIII sobre a condição dos operários, 1891, disponível em

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html, acessada em 26/02/2012.

A POLICLÍNICA DE CRIANÇAS POBRES da Santa Casa da Misericórdia fundada e doada pelo Dr. José Carlos Rodrigues e inaugurada pelo presidente Affonso Penna a 8 de maio de 1909 – retrospecto de 11 anos de serviços sob a direção do Dr. Fernandes Figueira. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1920, com fotos.

¹⁵ Esta passagem denota uma relação mais próxima entre os médicos da Misericórdia e a Casa dos Expostos. Fernandes Figueira informa que o médico responsável por aquela instituição, o dr. Santos Moreira, era seu assistente (Figueira: 1919, 288).

- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista; 2ª ed.; 1957; 4 volumes.
- FIGUEIRA, A.F. “Reforma dos hospitais”. *Brasil Médico*, 15 ago. 1902, p. 311-312.
- FIGUEIRA, A. “Assistência pública: assistência à infância e particularmente o que se refere às medidas a adotar contra a mortalidade infantil. Educação das crianças deficientes. Relatório apresentado ao Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada”. *Brazil-Médico*, 1 e 8 nov. 1908, p. 401-405, 411-415, 419-420.
- FIGUEIRA, F. *Bases Científicas da alimentação da criança: suas consequências sociais. (carta aberta ao Sr. M. R. G. P.)*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1905.
- Figueira, F. *Livro das mães*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Murillo Editores; 2ª ed., 1919.
- FREITAS, B. “Hospital de Crianças” IN: *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano. 83, n. 127, 08 de Maio de 1909, p. 02.
- FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GOMES, A.C. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 1999.
- MARCÍLIO, ML. “A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil” IN: VENÂNCIO, RP (org). *Uma história social do abandono de crianças – de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/Ed. PUC-Minas; 2010.
- MOURA, E.B.B. de. “Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo” IN: PRIORE, M. del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto; 7ª ed.; 2010.
- NEEDELL, J. D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- PINTO, Antônio Ferreira. *O medico da primeira infância ou o conselheiro da mulher grávida e hygiene da primeira infância*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1859.
- RODRIGUES, J. *Alimentação, vida material e privacidade – uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*. São Paulo: Ed. Alameda; 2011.
- SÁ, I. dos G. “As crianças e as idades da vida” IN: MATTOSO, J. (dir.). *História da vida privada em Portugal, vol. 3 – A idade Moderna*. Lisboa: Círculo dos Leitores e Temas e Debates; 2011.
- SANGLARD, G. *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2008. (Col. História & Saúde).
- _____. “Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Editora Garamond/FAPERJ; v. 17, supl. 1, jul. 2010, p. 127-148.
- _____. “A sociedade civil e a construção de hospitais na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República” IN: SANGLARD, G. et al. *Espaços urbanos: memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; 2013 (no prelo).
- _____. et FERREIRA, L.O. “Médicos e filantropos a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República” IN: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p.437-459, jul/dez 2010.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

SEVECENKO, N. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio” IN: NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada – República: da Belle Époque à Era do Rádio*, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras; 1998.